ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SORRISO - MT
JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL

TERMO DE AUDIÊNCIA
HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Número do Processo: 0005344-92.2019.8.11.0040- PJE

Espécie: Inquérito Policial->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL.

Parte Autora: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

Advogado: Dr. Júlio César Antonioli.

Indiciado: Jackson Prestes de Oliveira

Data e horário: quinta-feira, 03 de junho de 2022, 10:00 horas

PRESENTES

Juíza de Direito: Dra. Emanuelle Chiaradia Navarro Mano.

Promotor de Justiça: Dr. Luiz Fernando Rossi Pipino

Advogado: Dr. Júlio César Antonioli.

Indiciado: Jackson Prestes de Oliveira.

OCORRÊNCIAS

Aberta a audiência e apregoada as partes, constatou-se a presença das pessoas supramencionadas no ato.

Em atenção ao §4º do art. 28-A do Código de Processo Penal, foi realizada a oitiva do investigado, na presença do advogado/defensor, a fim de verificar a voluntariedade e legalidade do acordo de não persecução penal já formalizado entre as partes em ocasião anterior.

As partes envolvidas declaram expressamente ter assinado o acordo de livre e espontânea vontade.

DELIBERAÇÕES

Em seguida, a MMª. Juíza de Direito passou a proferir a decisão abaixo transcrita:

Vistos, etc.

Compulsando os autos, verifico que foi formalizada proposta de acordo de não persecução penal entre o representante ministerial, os investigados e o defensor/advogado por ele constituído, nos termos **do artigo 28-A do Código de Processo Penal**.

Pois bem.

Considerando que o direito penal é, notoriamente, a *ultima ratio*, e que no caso em apreço estão devidamente preenchidos os requisitos previstos no art. 28-A do Código de Processo Penal (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019), além das condições acordadas se mostrarem adequadas e suficientes para estabelecer uma responsabilização proporcional a suposta conduta do investigado, não há razão para que este Juízo discorde da proposta.

De todo o teor do que fora acordado, fica definido que os seguintes valores serão revertidos para o **Conselho da Comunidade de Sorriso/MT**, cabendo à Gestora as providências junto à conta única para tal.

O indiciado obrigou-se a pagar a quantia de

a título de prestação pecuniária, anuindo que o valor já recolhido a título de fiança seja abatido do valor da prestação, restando assim a quantia de

a ser paga em parcelas iguais de

com vencimento todo dia , a partir de com encerramento em , em favor do Conselho da Comunidade de Sorriso/MT, mediante **depósito no Banco Sicredi, na conta nº 12899-6 da agência 0812, CNPJ: 07.346.445/0001-77,** juntando cópia do comprovante de pagamento nos presentes autos através da Defensoria Pública ou Advogado, ou encaminhando o comprovante de depósito para o celular da Gabinete desta 1ª Vara Criminal, pelo Whatsapp, (66) 9 9205-6776, (não bastando o mero agendamento para tal comprovação ou depósito por envelope nem pix).

Nesses termos, **HOMOLOGO** o acordo de não persecução penal outrora entabulado, para que surta seus regulares efeitos, mediante o devido cumprimento das condições impostas pelo Ministério Público, sob pena de revogação do benefício em caso de descumprimento, independentemente de prévia notificação ou justificação, hipótese em que, se cabível, a denúncia poderá ser oferecida.

Proceda a Sra. Gestora o necessário para a transferência dos valores.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Saem os presentes devidamente intimados.

Não havendo óbice na utilização de sistema de gravação audiovisual em audiência, todas as ocorrências, manifestações, declarações entrevistas foram captados em áudio e vídeo, cuja mídia digital encontra-se arquivada no cartório deste Juízo. Nada mais. Eu, Fabrício Peres Barrêto, digitei.

Emanuelle Chiaradia Navarro Mano
Juíza de Direito

Indiciado

Defensor/Advogado